

DISCURSO E ABORDAGENS QUANTITATIVAS

Maria Luiza BRAGA¹
Giselle Machline de Oliveira e SILVA²

- **RESUMO:** Este artigo revê o comportamento de diversos fenômenos de acordo com o estatuto informacional de seus referentes: a ocorrência de artigos definidos, a ordem do sujeito em relação a seu predicado, a topicalização de objetos diretos, as sentenças clivadas, a ordem de orações de causa e de condição, e os marcadores discursivos. Ele mostra que a informação é uma restrição poderosa para a maioria dos fenômenos que tratam da ordem, mas muito menos relevante para a colocação de artigos definidos e a co-ocorrência com alguns marcadores discursivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estatuto informacional; ordem; discurso.

Introdução

As abordagens funcionalistas da linguagem, dada sua concepção de linguagem, concedem um lugar privilegiado à informação e ao seu tratamento. Dik (1989), por exemplo, concebe as línguas naturais como instrumentos de interação social com a função principal de estabelecer a comunicação entre seus usuários. A comunicação, por seu turno, é considerada um padrão interativo de atividades através das quais se efetivam mudanças na informação pragmática dos interlocutores. A informação pragmática inclui informação geral sobre o universo, informação situacional e contextual e é crucial para a distinção entre informação velha e informação nova. Será considerada velha a informação que, na ava-

1 Departamento de Linguística – Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – 13083-970 – Campinas – SP.

2 Bolsista do CNPq – UFRJ.

liação do falante, integra a informação pragmática do ouvinte, e nova aquela que não a integra. A avaliação, então, da informação pragmática do ouvinte determinará a maneira como o falante organizará seu enunciado.

A preocupação com a informação é fundamental também em Halliday (1967), para quem a linguagem é estruturada de modo a permitir a instanciação de três tipos de significados: ideacionais, interpessoais e textuais. A codificação de tais significados se processa por meio de três redes sistêmicas: a de transitividade, relacionada à representação lingüística da experiência extralingüística; a de modo, relacionada à organização dos participantes na situação de fala; e a de tema, relacionada à estrutura de informação da cláusula. O tema tem a ver então com a relação do que está sendo dito com aquilo que foi dito antes no discurso e com sua organização interna em um ato de comunicação. Halliday distingue dois tipos de informação – *dada* e *nova* –, a diferença entre elas decorrendo de uma opção do falante que a concretiza mediante escolhas fonológicas. Informação *nova* é aquela que o falante apresenta como não sendo recuperável do contexto, enquanto informação *dada* é aquela apresentada como recuperável.

A preocupação com a informação e seu tratamento, exemplificados pelos enfoques de Dik e Halliday, não é nova nem restrita aos lingüistas europeus. Com relação a “novidade”, vale lembrar que a oposição fundamental entre informação velha/*dada*/conhecida, por um lado, e informação nova/*não-conhecida*, por outro lado, bem como suas correlações com o tema/*rema* já se encontram estabelecidas em Mathesius (apud Firbas, 1987) nas primeiras décadas desse século. Quanto à difusão desses conceitos, cumpre recordar a literatura que vem sendo produzida na América (Chafe, 1976, 1987, 1988, 1992; Prince, 1981, 1992; Payne, 1987 etc.).

O trabalho que apresentamos insere-se nessa linha. Retoma diversas análises que investigaram o papel da informação a partir de um enfoque metodológico variacionista. Embora a investigação pioneira de Labov (1972) incidisse basicamente sobre fenômenos fonológicos e morfossintáticos, os adeptos da teoria da variação alargaram o leque de fenômenos variáveis e, ao estudarem fenômenos sintáticos variáveis, enfrentaram um tríplice desafio: a identificação das variantes, do seu contexto de ocorrência e do tipo de correlação capaz de explicar a seleção de uma construção em detrimento de outras parcialmente equivalentes. A esse alargamento correspondeu evidentemente um alargamento do tipo de fatores correlacionados, donde a inclusão de variáveis de natureza pragmático-discursivas. Dentre essas sobressaem os tratamentos

da codificação da informação. As dificuldades, as correlações entre essa variável e a natureza do fenômeno em análise, os ganhos teóricos metodológicos advindos de tal aplicação, aspectos a serem considerados a seguir, constituem o objeto deste artigo.

Os modelos e as dificuldades

Para investigarem a distribuição da informação, os analistas cujas investigações serão apresentadas aqui salientam o trabalho pioneiro de Halliday (1967), mas optam ou pela versão proposta em Prince ou em Chafe. Esses dois modelos teóricos, embora se sobreponham parcialmente, apresentam fundamentação diferente. O primeiro, o desenvolvido por Prince, quer-se primordialmente textual: as entidades, para nos conservarmos fiéis à terminologia princeana, seus indícios e suas âncoras deverão ser rastreados no texto. Somos apresentados a entidades *evocadas*, *inferíveis* e *novas*. A âncora textual não pode, todavia, ser absoluta. O texto, quer em sua versão escrita congelada, quer na sua produção oral *on-line*, não consegue escapar à presença dos seus produtores e às condições de produção. Ou melhor, às conseqüências lingüísticas que estas impõem. Assim Prince incorpora as entidades *situacionalmente evocadas*, isto é, aquelas que são contextualmente salientes. Mais ainda, entre as *novas*, há que diferenciar as que integram o conhecimento compartilhado daquelas que não o integram e que, conseqüentemente, estão sendo construídas no momento e pelo ato de fala.

A óptica de Chafe é outra. Ele parte dos estados de consciência. A distinção primária entre *given/new*, estabelecida em 1976, enriquece-se pela incorporação de um terceiro estágio intermediário – a informação acessível –, ao mesmo tempo em que se aprofunda a base cognitiva geradora desses três tipos de informação.

De uma maneira geral, como mencionamos previamente, os artigos a serem enfocados transitam entre os dois modelos, alterando-os, modificando-os para que se tornem mais operacionalizáveis. A exigência da teoria da variação de caracterizar todas as ocorrências alternantes de um fenômeno segundo os mesmos fatores requer essa flexibilização do modelo teórico, usualmente não testado em *corpora* empíricos maiores.

Várias dificuldades emergem da aplicação de quaisquer desses modelos. A mais crucial, a nosso ver, decorre da inacessibilidade aos estados de consciência dos interlocutores do discurso. A nossa prática reforça a observação de Chafe, a de que estamos, ou deveríamos estar,

continuamente, checando o estado de consciência do interlocutor para assim adequarmos os conteúdos cognitivos que desejamos transmitir. Alçados à posição de analistas, é-nos vedado tal acesso. Dispomos tão-somente das pistas deixadas no texto. Baseados nelas, alicerçaremos nossa investigação e caracterizaremos o *status* informacional das entidades que nos interessa estudar. Tentando fugir a tal dilema, qual seja, aos erros que podem advir de uma incorreta avaliação do *status* informacional de uma entidade, alguns dos nossos colegas têm levado às últimas conseqüências o critério textual. Passam, então, a considerar *novo* o que está sendo emitido pela primeira vez, e *velho/evocado*, o que já foi previamente introduzido pelo/no texto. Tal posição não é desprovida de razão. Particularmente, os analistas preocupados em recuperar estágios passados da língua, em verificar o efeito do *status* informacional enquanto categoria capaz de explicar a mudança lingüística sentem-se mais seguros com tal enfoque. Afinal, como seria o conhecimento compartilhado de há três séculos? Que elementos, que crenças, filosofias ou entidades preencheriam esse estanque compartilhado? Seria lícito impor a ele nossas crenças, nossa percepção do século XX?

Todavia, mesmo essa abordagem que se quer mais precisa não soluciona todas as incertezas ou dúvidas do estudioso. Qual a duração do “*estado novo*” de uma entidade? Chafe alerta que o tempo de permanência de uma entidade no foco de consciência é curto. Ela transita de um estado a outro, a consciência focal não comporta demasiada informação, daí a consciência periférica e a consciência de longo termo. O analista, sem acesso direto a tais estados, só pode utilizar as pistas deixadas no texto e a partir delas procurar inferir a consciência dos interlocutores no momento da construção do texto.

A proposta de Prince também é suscetível de questionamentos. Suas entidades evocadas apresentam problemas semelhantes. A menção de um referente, não importa a que altura do texto, garantiria o *status* de *evocado*? Entidades com propriedades semânticas diferenciadas duram o mesmo tempo? Sabemos que as entidades com o traço [+humano], por usualmente agruparem numerosos papéis, tendem a ser mais salientes tópica e cognitivamente. O fato de haver menor cancelamento de pronomes objetos que codificam entidades [+humanas] (Omena, 1978), de haver maior quantidade de pronomes pessoais em correferência com entidades humanas (Braga, 1987; Braga & Mollica, 1986) testemunha a relevância desse traço. Deverão, então, os referentes diferentes ser tratados de maneira uniforme quando se trata de sua recuperação textual?

Feitas essas considerações, passemos aos trabalhos.

Os trabalhos

Começaremos a ilustrar a abordagem variacionista da informação com a análise de Oliveira e Silva (1982) a propósito do uso de artigo definido antes de possessivo e patronímico. O fato de os pronomes possessivos já identificarem com aparente precisão o referente de um SN e, mais ainda, fazê-lo com respeito às pessoas do discurso, deveria, em princípio, inibir o aparecimento do artigo definido, dada a redundância de sinalizações. Observações semelhantes se aplicam aos nomes próprios, também empregados para a identificação de um referente único. Todavia o português não se conforma a tais moldes, favorecendo, pelo contrário, a alternância entre as variantes com e sem artigo definido: **o** meu filho/ meu filho; **o** Arthur/Arthur. O uso dos artigos definidos em tais contextos deixa-se explicar pela atuação de variáveis distintas, uma das quais o *status* informacional do referente do SN. A frequência geral (*overall*) de tal uso modificou-se ao longo dos séculos e também deixou-se afetar por variáveis geográficas: o português continental e o português brasileiro diferem quanto aos contextos que facultam o emprego do artigo. Além do mais, o primeiro já exhibe uma regra quase categórica, enquanto o segundo, o brasileiro, ostenta os mesmos índices de quatro séculos atrás, quando da época da colonização. Faixa etária é outra correlação importante, com as crianças mostrando-se menos sensíveis à atuação desta variável, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Uso do artigo antes de possessivo e de patronímico

	Possessivo			Patronímico		
	N	%	Prob.	N	%	Prob.
Crianças [+ novo]	32/87	37	,51	269/401	67	,52
[- novo]	196/667	29	,49	432/602	72	,48
	N	%	Prob.	N	%	Prob.
[+ novo]	247/457	54	,54	218/319	68	,56
Adultos [- novo]	782/1948	40	,46	352/494	71	,44

(Oliveira e Silva, 1982)

A estreita interdependência entre *status* informacional e distribuição dos constituintes na cláusula tem sido assinalada por numerosos es-

tudiosos. Halliday, por exemplo, salienta a parcial congruência entre *status* dado/novo e a variável tema/rema. Chafe, ao explicar a distribuição da informação no discurso oral, recorre a duas restrições: a restrição *uma-idéia-nova de cada vez* e a restrição do *sujeito leve*. A primeira estabelece que as unidades entonacionais codifiquem apenas uma idéia *nova* de cada vez, embora possam adicionalmente codificar informação *dada* ou *acessível*. A segunda estipula que a informação codificada pelo sujeito seja informação *não-nova*, isto é, que a informação seja *dada* ou *acessível*. Também Prince se refere às restrições que atuam no nível da distribuição linear da informação e que impedem a ocorrência de referentes *novos* na primeira posição de um enunciado. Construções tais como *it-clefts*, *there existencial*, deslocamentos para a esquerda justamente atenderiam a tal restrição. Essas várias considerações, assumam elas a forma de princípios ou restrições, compartilham um aspecto: todas reconhecem que a informação velha deva preceder a informação nova e que a distribuição traz repercursões para a sintaxe.

A distribuição dos constituintes não-oracionais nas construções de tópico e nas sentenças clivadas, bem como a ordem do sujeito ante seu verbo vêm comprovar empiricamente os princípios, restrições aludidos anteriormente.

Segundo Prince (1981), Braga (1984) considera como construções de tópico aquelas que se conformam à seguinte descrição estrutural:

$$\left[\begin{array}{c} [X1] \\ S \quad SN \end{array} \right] \left[\begin{array}{c} [X2] \\ S \quad SN \end{array} \right]]$$

O trecho (Ex.1) a seguir, extraído do Banco de Dados do Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro, ilustra uma construção de tópico:

Ex. (1)

E: Caramba, quanta operação! E nenhuma delas você teve complicações assim? Não.

F: Não, graças a Deus. Tive não. Não tive não.

E: Não tem lembrança desagradável nenhuma em relação a elas?

F: Não, não, correu tudo bem né? **Pós-operatório**, todo mundo tem. (11 136).

A análise dos SNs topicalizados (pós-operatório), segundo as categorias elencadas por Prince, em combinação com o traço especificidade, revela que a maioria esmagadora dos referentes é constituída por entidades *inferíveis* ou *evocadas*. A ocorrência de entidades *novas* na posi-

ção mais à esquerda é bastante reduzida, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 – Construções de tópico e informação

Categoria	N	%	PR
Inferível	23/47	49	,73
Velho [+ específico]	16/36	44	,61
Velho [- específico]	30/110	27	,45
Novo [+ específico]	5/36	14	,25
Novo [- específico]	9/108	8	,18

(Braga, 1984)

Para Braga, ao privilegiar referentes inferíveis ou evocados em construções semelhantes a (1), o falante mostra-se sensível a condicionamentos relacionados à ordem neutra das palavras em português e ao lugar preferencial em que aparece a informação *nova* na cláusula: e a ordem não-marcada dos constituintes tende a ser Suj-Verbo-Comp e a informação *nova*, a ser expressa pelo objeto direto. Ora, uma construção de tópico com objeto direto transmitindo informação nova constituirá um duplo desvio: desvio da ordem não-marcada e desvio da tendência de informação *velha* preceder informação *nova*. Daí a conseqüente rejeição de referentes novos na posição de objeto direto mais à esquerda (Pontes, 1980).

Berlinck (1989), ao estudar a ordenação Sujeito-Verbo, também atesta a relevância da variável *status* informacional. Vale-se de quatro fatores – *novo*, *inferível*, *dado em sentença não imediatamente anterior*, *dado em sentença imediatamente anterior* – e três *corpora*, correspondentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Mostra que a ordem Verbo-Sujeito, bastante freqüente no século XVIII, restringe seu âmbito gradativamente e também que a hierarquia dos grupos de fatores que condicionam tal ordenação altera-se ao longo dos anos. Assim, no século XVIII, *status* informacional era o determinante mais poderoso da ordenação SV, isto é, quanto maior a “novidade” do referente do SN, maiores as chances de ele ocorrer posposto ao verbo. No decorrer dos anos, essa variável perde primazia, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – A ordem sujeito-verbo

Séc. XVIII	N	%	PR
Novo	114/212	54	0.62
Inferível	53/122	43	0.53
Dado sentenM não imed. ant	29/213	26	0.47
Dado sentM imed. ant.	7/39	18	0.38
Séc. XIX	N	%	PR
Novo	73/205	36	0.53
Inferível	41/137	30	0.50
Dado sentenM não imed ant	27/109	25	0.55
Dado sentM imed ant	3/18	17	0.41
Séc. XX	N	%	PR
Novo	87/331	26	0.57
Inferível	83/327	25	0.59
Dado sentenM	80/461	17	0.46
Dd sentença	13/143	9	0.38

(Berlinck, 1989)

Uma outra análise a salientar a contribuição da variável *status* informacional dos referentes incide sobre as construções clivadas. Aqui serão considerados os resultados para apenas duas variantes, denominadas respectivamente, *Clivadas propriamente ditas* e *Pseudoclivadas*, e ilustradas a seguir.

Ex. (2)

- Clivadas propriamente ditas

E: O que você quer?

F: O que que eu quero? Eu quero continuar estudando, sabe? Se der pra me formar tudo bem, né? Se não der eu ir aranzar uma coisa melhor pra mim viver minha vida. Eu sozinha, sabe? Sem ter que morar na casa dos outros. *É isso que eu quero.* (SU 351 A145).

- Pseudoclivadas

F: Essa pelada que eu joga lá no Acari foi criada pela gente mesmo. Então era... era todo mundo da mesma rua. Entendeu? Então... *Quem toma conta é até o tio da minha esposa* (JA 751 A344).

A análise dos referentes dos constituintes focalizados, em negrito nos exemplos, segundo as categorias *novo*, *evocado* e *inferível* de Prince é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Sentenças clivadas e *status* informacional do c¹

Categoria	Clivadas			Pseudoclivadas		
	N	%	PR	N	%	PR
Evocado	52	42	,52	19	15	,16
Inferível	6	20	,38	10	33	,24
Novo	4	11	,12	22	59	,64
Total	62			51		

(Braga, 1989)

Os números constituem evidência empírica forte para as teses de Halliday, Chafe e Prince quanto à distribuição não-marcada da informação. As *sentenças clivadas propriamente ditas* e as *Pseudoclivadas* distribuem-se quase que complementarmente. Assim, as primeiras, aquelas que colocam o SN focalizado à esquerda, são utilizadas quando se quer salientar referentes *evocados*. São, porém, evitadas se o referente a ser ressaltado constituir informação *nova*. Já as Pseudoclivadas, aquelas estratégias que empurram o referente a ser focalizado para a extrema direita, invertem tal tendência. Os reflexos dessa preferência incidem sobre as seleções no nível morfossintático e sobre o tamanho dos constituintes salientados.

Vale acrescentar também que o tratamento da informação nas sentenças clivadas constitui um interessante teste empírico para o princípio funcionalista que equaciona a diferença formal à diferença funcional. A análise das construções clivadas aponta que, embora a correspondência entre forma e função seja mais complexa do que aquela defendida pelo princípio do isomorfismo (Haiman, 1985), de um modo geral, aspectos discursivos mais complexos tais como a distribuição da informação podem explicar os mecanismos que subjazem à escolha de uma alternante em detrimento de outra.

A correlação entre *status* informacional e ordem não se restringe aos constituintes não-oracionais. As cláusulas também se submetem a tal pressão e se conformam aos princípios mais gerais a que nos referi-

mos anteriormente. As tabelas a serem consideradas a seguir, extraídas dos trabalhos de Paiva (1991) e de Gryner (1990), ilustram tal afirmação.

Paiva analisa a ordenação das cláusulas de causa, rótulo que inclui as causas *stricto sensu*, as razões e justificativas. Interessam-lhe tanto aquelas introduzidas por conector explícito quanto as justapostas. Ao investigar o *status* informacional, a autora focaliza o predicado, independentemente do *status* do referente sujeito, e distingue quatro tipos: *informação nova*, *inferível*, *disponível* e *velha*. O primeiro tipo corresponde à informação introduzida no texto no momento da enunciação da sequência de causa. Trata-se, pois, de informação não mencionada previamente, não inferível do co-texto anterior. Os demais tipos remetem a diferentes graus de “velhice” dos referentes. Informação *inferível* é aquela dedutível ou de informações já mencionadas pelo falante ou da própria cláusula feito. A informação *velha* distingue-se da anterior por reiterar uma informação já apresentada. A informação *disponível*, por sua vez, integra um esquema (*frame*), uma informação que pode ser considerada compartilhada a partir do conhecimento da realidade física ou cultural. Os trechos seguintes exemplificam esses vários tipos:

Ex. (3)

- Causa nova

E: Mas dizem que filha única é muito cheia de mimo, é verdade?

F: Bom, eu nunca fui cheia de mimo, *porque minha mãe sempre foi pelo justo*, sabe? (C., Val. 24, 4)

- Causa inferível

F: Não vou a um cinema há quanto tempo.

E: A senhora se lembra ainda do último filme que a senhora viu?

F: Se fazem três anos. Foi aquele filme que estava aí... Quando nós fomos ver as passagens, aí nós passamos e estava passando esse filme com Roberto Leal. Como é? Português, meu avôzinho, né? Acho que é isso. Aí meu marido entrou e foi ~ E ela entrou também *porque ela podia entrar esse~ nesse~ para assistir esse filme*. (C. Ari, 30, 144-5)

- Causa velha

F: E. Mas ela (a gata) nunca passou, né? pra casa dele, porque lá no final tem um portão, mas minha mãe já evitou, né? Ela tampou tudo né, pra pular, né?

E: E o seu vizinho não reclama do gato? Esse gato não briga com~

F: Não porque esse gato~ A gente~ Como eu disse, né? *A gente tampou tudo*, ele num tem modo pra passar pra lá, né? (C. Val. 24, 44)

- Causa disponível

E: Eu gostaria de saber uma coisa: quando você casar como é que você pretende educar seus filhos?

F: Deixa eu ver. Acho que eu tenho que dar assistência a eles, sabe? Cuidar deles da melhor maneira possível, dar amor pra eles, pra eles poder gostar de mim também. E quando eles for crescendo, aí eu ponho eles na escola pra eles aprenderem. E~ e no final de semana, sair com eles, passear, *que criança gosta muito de se divertir*, sabe? (C. Sam. 1, 13-14)

Os resultados de Paiva (Tabela 5) conformam-se às tendências já mencionadas, quais sejam, a informação *nova* tende a se pospor à informação *velha*, independentemente da presença de conector.

Tabela 5 – Ordenação da cláusula de causa: posposição

	[- Conector]			[+ Conector]		
	N	%	P.R.	N	%	P.R.
Causa nova	343/549	62,48	,51	1311/1615	81,18	,55
Causa infer.	73/95	76,84	,68	289/358	80,73	,52
Causa dispon.	31/50	62,00	,40	133/160	83,14	,38
Causa velha	27/64	42,19	,38	168/243	69,14	,38

(Paiva, 1991)

Gryner (1990) investiga a variação de tempo-modo e conexão nas cláusulas condicionais do português e considera quatro variantes, distinguidas segundo o tempo verbal da condicional: futuro do subjuntivo, presente do indicativo, gerúndio e ausência de conector, como mostram os exemplos seguintes:

Ex. (4)

- Futuro do subjuntivo:

R: (...) eu acho que o fundamental mesmo para um casal é a confiança.
(*Se não tiver confiança*, não casa. (06:51:681))

- Presente do indicativo

P: Como você fica quando não dorme bem?

R: *Se eu não durmo*, eu acordo de mau humor. (71:29:2276)

- Gerúndio

P: Hum..hum... E bebida? O que... você acha que...que faz mal?

R: Bom, a bebida não faz mal, *sabendo beber*. (12:05:64)

- Justaposição

P: E mudança de residência?

R: (...) Isto depende muito assim do lado do emprego, né? do lado do aluguel também, emprego, né, que, às vezes, vamos supor, *eu estou aqui morando aqui, né? o aluguel aqui tá, vamos supor, dez mil cruzeiros, ali na frente eu acho por cinco ou seis, eu vou mudar mesmo, né?* (09:02:718)

O exame da correlação entre *status* informacional e posição da cláusula condicional mostra os resultados exibidos a seguir (Tabela 6). Vale lembrar que tais resultados aplicam-se às ocorrências de futuro de subjuntivo cujo *status* informacional foi codificado segundo categorias textuais, isto é, menção no contexto discursivo precedente.

Tabela 6 – Cláusulas condicionais, *status* informacional e posição

Fatores	N	%	PR
Totalmente mencionada	4/49	8	,51
Parcialmente mencionada	3/63	5	,37
Não mencionada	6/20	30	,83

(Gryner, 1990)

Os números da Tabela 6 evidenciam então que as cláusulas não mencionadas se pospõem àquelas com as quais se relacionam, adequando-se assim ao princípio mais geral que controla a distribuição da informação na linearidade do texto.

Por fim, gostaríamos de considerar as correlações entre a variável que nos ocupa e o uso de marcadores discursivos. Tal categoria, tão recorrente quanto *escorregadia*, tem desafiado numerosas análises. Oliveira e Silva & Macedo (1992), trabalhando com um *corpus* oral, distinguem e agrupam diversos tipos de marcadores, segundo sua posição, função e distribuição. Um destes tipos, o dos que requisitam apoio discursivo do interlocutor (RADs: *né? sabe?...*), mostra-se sensível à variável *status* informacional da seqüência discursiva que tais marcadores

recortam. Seus resultados mostram que eles tendem a solicitar mais a confirmação de informação quando esta é compartilhada pelos interlocutores. As diferenças entre a quantidade de RADs atrelados a enunciados conhecidos e desconhecidos, embora não muito acentuadas, são significativas e muito recorrentes nos falantes. Ou melhor, os números globais (apresentados na Tabela 7) reproduzem o comportamento individual dos falantes. A explicação para os resultados é auto-evidente, isto é, apenas se pede confirmação de uma informação compartilhada. Se o interlocutor desconhece a informação, não poderia confirmá-la. Por fim, vale lembrar que diferentemente do que ocorre no francês do Canadá e do uso esporádico a que podem ser submetidos por um ou outro falante, os RADs não são pontualizadores mecânicos, "vícios de linguagem", evidência que nos é fornecida, entre outros aspectos, pela correlação com *status* informacional.

Tabela 7 – Influência do *status* informacional sobre os RADs

Fatores	N	%
Conhecido	847/4819	17,5
Desconhecido	565/4284	13,2

(Oliveira e Silva & Macedo, 1992)

Conclusão

Neste artigo consideramos alguns tratamentos que vêm sendo concedidos à codificação lingüística da informação. Referimo-nos às dificuldades e ganhos explanatórios que advêm da inclusão dessa variável quando da análise de fenômenos de variação e mostramos que ela se revela pertinente para o estudo de fenômenos de nível não-oracional, oracional e discursivo.

BRAGA, M. L., SILVA, G. M. de O. e. Discourse and quantitative approaches. *Alfa (São Paulo)*, v.41, n.esp., p.41-55, 1997.

- **ABSTRACT:** *This article reviews the behaviour of several phenomena according to the informational status of their referents: the occurrence of definite articles, the ordering of the subject in relation to its predicate, the topicalization of direct objects, the cleft sentences, the ordering of causal and conditional clauses, and the discourse markers. It demonstrates that information is a powerful constraint to most phenomena dealing with order but it is much less relevant to the placement of definite articles and to the co-occurrence with some discourse markers.*
- **KEYWORDS:** *Informational status; order; discourse.*

Referências bibliográficas

- BERLINCK, R. A. A construção V-SN1 no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (Org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 1989.
- BRAGA, M. L. Tópico e ordem vocabular. *Boletim da ABRALIN*, v.6, p.159-63, 1984.
- _____. Esta dupla manifestação de sujeito, ela é condicionada linguisticamente. SEMINÁRIO DO GEL, 34, 1987. *Anais...* Campinas: Unicamp, 1987. p.106-15.
- _____. *As sentenças clivadas no português falado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1989. (Relatório apresentado ao CNPq).
- BRAGA, M. L., MOLLICA, M. C. M. Marcas segmentais e/ou supra-segmentais entre o sujeito e o predicado e sua função discursiva. *Série Estudos* (Uberaba), v.12, p.24-40, 1986.
- CHAFE, W. Givenness, contrastiveness, definiteness, subjects, topics and point of view. In: LI, C. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.
- _____. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. S. (Ed.) *Coherence and Grounding in Discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1987.
- _____. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J., THOMPSON, S. (Ed.) *Clause Combining in Grammar and Discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p.1-28.
- _____. The flow of ideas in a sample of written language. In: MANN, W., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Discourse Description Diverse Linguistic Analysis of a Fund Raising Text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p.267-94.
- DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Providence: Foris Publications, 1989.

- FIRBAS, J. On the delimitation of the theme in functional sentence perspective
In: DIRVEN, R., FRIED, V. (Ed.) *Functionalism in Linguistics*. Amsterdam:
John Benjamins, 1987.
- GRYNER, H. A. *Variação de tempo-modo e conexão nas orações condicionais
em português*. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado) – Universidade Federa-
l do Rio de Janeiro.
- HAIMAN, J. *Natural Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Lin-
guistics*, v.3, n.2, p.199-244, 1967.
- LABOV, W. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania
Press, 1972.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. *O estudo da regularidade na variável do possessivo no
português do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1982. Tese (Doutorado em Lin-
güística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M., MACEDO, A. T. Discourse markers in the spoken
Portuguese of Rio de Janeiro. *Language, Variation and Change*, v.4, n.2,
1992.
- OMENA, N. P. *Pronome pessoal de 3ª pessoa: suas formas variantes em função
acusativa*. Rio de Janeiro. 1978. Dissertação (Mestrado em Lingüística) –
Pontifícia Universidade Católica.
- PAIVA, M. C. *Ordenação das cláusulas causais: forma e função*. Rio de Janeiro,
1991. Tese (Doutorado em Lingüística) – Universidade Federal do Rio de Ja-
neiro.
- PAYNE, D. L. Information structuring in Papago narrative discourse. *Language*,
v.63, n.4, 1987.
- PONTES, E. Da importância de tópico em português. ENCONTRO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA, 5, 1980, Rio de Janeiro.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.)
Radical Pragmatics. New York: Academic Press, 1981.
- _____. The ZPG letter: subjects, definiteness, and information status. In:
MANN, W., THOMPSON, S. A. (Ed.) *Discourse Description: Diverse Linguis-
tic Analysis of a Fund Raising Text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.
p.295-326.